



CEJAM

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS
"DR. JOÃO AMORIM"

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2020

Consolidação

Matriz (Mantenedora)
Organização Social – São Paulo
Organização Social – Embu das Artes
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim
Instituto de Resp. Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa
Organização Social – Mogi das Cruzes
Organização Social – Rio de Janeiro
Organização Social – Arujá
Centro de Diagnósticos por Imagem
Organização Social – Carapicuíba
Gestão Saúde – Campinas
Gestão Saúde – Osasco Hemodinâmica
Organização Social – Hospital Municipal de Cajamar
Organização Social – AME Olavo Silva Souza
Gestão Saúde – Hospital Padre Bento de Guarulhos
Organização Social – Hospital Estadual de Francisco Morato
Gestão Saúde – Hospital Guilherme Álvaro de Santos
Organização Social – Hospital Estadual de Franco da Rocha
Organização Social – Hospital Geral de Carapicuíba
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe
Organização Social – AME Carapicuíba
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos
Gestão Saúde – Hosp. Dr. Osiris Florindo Coelho de Ferraz de Vasconcelos
Gestão Saúde – Complexo Hospitalar do Mandaqui

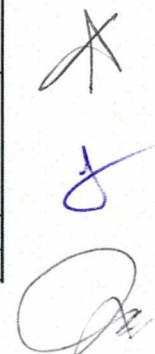
ÍNDICE

	Página(s)
Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Período	3
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
Demonstrac�o dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 � 23

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2020	ATIVIDADES DE SAÚDE			2019	
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	FORMAÇÃO EM SAÚDE		
ATIVO									
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e Equivalente de Caixa	(4)	131.314.526,69	1.479.208,21	25.750.900,51	158.544.635,41	58.308.532,60	1.209.424,60	19.322.194,08	78.840.151,28
Adiantamentos a Fornecedores		151.342,49	-	-	151.342,49	59.199,98	674,10	98,12	59.972,20
Adiantamentos a Empregados	(5)	5.300.386,33	14.351,97	11.123,02	5.325.861,30	4.912.869,36	9.294,24	-	4.922.163,60
Adiantamentos para Despesas		14.232,35	1.800,00	-	16.032,35	6.896,41	1.185,72	500,00	8.582,13
Impostos Recuperáveis		5.305,65	-	10.667,67	15.973,32	6.426,45	43,18	10.667,67	17.137,30
Créditos com Contr. de Gestão e Convênios	(6)	104.597.968,12	-	-	104.597.968,12	71.310.111,04	-	83.816,11	71.393.927,15
Outros Créditos	(7)	195.441,04	188.301,53	2.117.045,89	2.500.788,46	32.671,34	177.129,60	1.903.819,89	2.113.620,83
Estoques	(8)	14.507.353,74	-	-	14.507.353,74	3.430.651,19	-	-	3.430.651,19
Reservas para Contingências	(9)	24.853.853,41	-	-	24.853.853,41	24.455.794,49	-	-	24.455.794,49
Despesas Antecipadas		455.254,74	3.566,96	12.062,85	470.884,55	273.506,16	1.071,71	9.137,58	283.715,45
		281.395.664,56	1.687.228,67	27.901.799,94	310.984.693,17	162.796.659,02	1.398.823,15	21.330.233,45	185.525.715,62
ATIVO NÃO-CIRCULANTE									
Realizável a Longo Prazo	(7)	91.658,67	-	55.467,12	147.125,79	91.658,67	-	55.467,12	147.125,79
Imobilizado	(10)	22.451.467,81	4.438.236,36	1.569.697,89	28.459.402,06	16.646.313,92	4.384.722,73	1.930.847,45	22.961.884,10
Imobilizações em Andamento		-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	(11)	583.642,23	7.330,84	74.445,09	665.418,16	550.530,72	7.480,60	97.775,25	655.786,57
		23.126.768,71	4.445.567,20	1.699.610,10	29.271.946,01	17.288.503,31	4.392.203,33	2.084.089,82	23.764.796,46
TOTAL DO ATIVO		304.522.433,27	6.132.795,87	29.601.410,04	340.256.639,18	180.085.162,33	5.791.026,48	23.414.323,27	209.290.512,08
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PASSIVO CIRCULANTE									
Fornecedores		33.604.067,70	85.393,67	1.563.731,43	35.253.192,80	14.435.759,31	107.910,68	139.563,07	14.683.233,06
Obrigações Trabalhistas	(12)	46.853.349,09	72.395,51	270.892,53	47.196.637,13	35.075.623,08	42.637,08	171.812,32	35.290.072,48
Obrigações Sociais e Fiscais		34.149.888,07	42.329,37	304.424,63	34.496.642,07	26.427.670,64	39.717,59	217.229,99	26.684.618,22
Empréstimos Bancários	(13)	58.285,49	-	32.424,45	90.709,94	14.072.947,41	-	14.738,60	14.087.686,01
Contas a Pagar	(14)	16.334.140,13	4.245,85	194.598,73	16.532.984,71	12.603.063,33	3.180,63	205.386,06	12.811.630,02
Provisões para Férias e Encargos		76.433.302,62	101.559,48	515.967,29	77.050.829,39	53.465.157,88	69.131,51	326.268,62	53.860.558,01
Provisões para Contingências	(15)	354.790,02	-	-	354.790,02	-	-	-	-
		207.787.823,12	305.923,88	2.882.039,06	210.975.786,06	156.080.221,65	262.577,49	1.074.998,66	157.417.797,80
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE									
Provisões para Contingências	(15)	7.294.036,72	-	284.115,90	7.578.152,62	6.103.998,17	-	284.115,90	6.388.114,07
Empréstimos Bancários	(13)	-	-	-	-	-	-	35.372,66	35.372,66
Contas a Pagar	(14)	39.157,98	-	-	39.157,98	14.073,16	-	-	14.073,16
Recursos Governamentais a Realizar		3.223.200,71	-	-	3.223.200,71	1.312.703,29	-	-	1.312.703,29
Bens Públicos em nosso poder	(16)	23.029.116,58	-	-	23.029.116,58	17.194.057,14	-	-	17.194.057,14
		33.585.511,99	-	284.115,90	33.869.627,89	24.624.831,76	-	319.488,56	24.944.320,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Patrimônio Social		(619.891,08)	5.528.448,99	22.019.836,05	26.928.393,96	6.704.540,45	5.525.016,34	21.016.576,70	33.346.133,49
Superávit / (Déficit) do Exercício	(31)	71.086.004,01	(59.077,00)	2.101.987,91	73.128.914,92	(7.534.958,09)	315.329,46	230.385,86	(6.989.242,77)
Dotação Inicial		(4.646.083,65)	-	-	(4.646.083,65)	571.503,24	-	-	571.503,24
Transferências Patrimoniais		(2.670.931,12)	357.500,00	2.313.431,12	-	(360.976,68)	(411.896,81)	772.873,48	-
		63.149.098,16	5.826.871,99	26.435.255,08	95.411.225,23	(619.891,08)	5.528.448,99	22.019.836,05	26.928.393,96
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		304.522.433,27	6.132.795,87	29.601.410,04	340.256.639,18	180.085.162,33	5.791.026,48	23.414.323,27	209.290.512,08

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 DO PERÍODO FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2020	ATIVIDADES DE SAÚDE			2019	
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE		GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	FORMAÇÃO EM SAÚDE		
RECEITAS LÍQUIDAS	(17)	1.370.416.760,77	3.167.907,28	11.274.093,27	1.384.858.761,32	875.384.277,99	3.728.332,74	6.321.965,04	885.434.575,77
Contratos de Gestão e Convênios	(18)	1.384.878.360,84	-	-	1.384.878.360,84	875.653.024,90	-	-	875.653.024,90
Serviços Próprios de Saúde		-	1.141.326,28	-	1.141.326,28	-	1.564.199,74	-	1.564.199,74
Promoção Assistencial em Saúde	(26)	-	2.026.581,00	-	2.026.581,00	-	2.164.133,00	-	2.164.133,00
Recursos p/ Desenvolvimento da Promoção em Saúde		-	-	11.274.093,27	11.274.093,27	-	-	5.737.927,16	5.737.927,16
Capacitação e Treinamento em Saúde		-	-	-	-	-	-	628.366,12	628.366,12
Realização de Bens Públicos em nosso poder		2.848.033,59	-	-	2.848.033,59	2.998.806,79	-	-	2.998.806,79
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado		(8.068.487,50)	-	-	(8.068.487,50)	(2.807.019,36)	-	-	(2.807.019,36)
(-) Readequação Financeira		(4.029.796,32)	-	-	(4.029.796,32)	-	-	(44.328,24)	(44.328,24)
(-) Devolução de Recursos Públicos		(1.876.617,24)	-	-	(1.876.617,24)	-	-	-	-
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(3.334.732,60)	-	-	(3.334.732,60)	(460.534,34)	-	-	(460.534,34)
CUSTOS		(1.254.830.419,24)	(4.765.593,21)	(10.346.218,42)	(1.269.942.230,87)	(863.013.286,58)	(4.866.225,12)	(6.195.283,21)	(874.074.794,91)
Despesas com Pessoal	(20)	(907.834.488,73)	(1.312.316,46)	(7.244.068,83)	(916.390.874,02)	(702.826.228,64)	(1.127.752,98)	(4.413.757,53)	(708.367.739,15)
Serviços Terceirizados	(21)	(261.917.409,03)	(913.357,96)	(2.883.244,37)	(265.714.011,36)	(118.536.405,29)	(1.252.041,16)	(1.534.197,44)	(121.322.643,89)
Medicamentos e Materiais de Consumo	(22)	(85.078.521,48)	(513.337,79)	(218.905,22)	(85.810.764,49)	(41.650.652,65)	(322.297,98)	(247.328,24)	(42.220.278,87)
Assistência Gratuita Prestada em Saúde	(26)	-	(2.026.581,00)	-	(2.026.581,00)	-	(2.164.133,00)	-	(2.164.133,00)
Isenção Usufruída	(29)	197.687.202,56	256.210,55	1.161.642,48	199.105.055,59	153.995.939,15	217.661,23	924.119,05	155.137.719,43
(-) Custo da Isenção Usufruída	(29)	(197.687.202,56)	(256.210,55)	(1.161.642,48)	(199.105.055,59)	(153.995.939,15)	(217.661,23)	(924.119,05)	(155.137.719,43)
(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO		115.586.341,53	(1.597.685,93)	927.874,85	114.916.530,45	12.370.991,41	(1.137.892,38)	126.681,83	11.359.780,86
DESPESAS		(51.120.287,70)	(664.880,85)	(2.842.758,56)	(54.627.927,11)	(23.787.763,39)	(723.514,35)	(3.068.396,62)	(27.579.674,36)
Impostos, Taxas e Contribuições		(392.426,50)	(13.173,18)	(178.369,90)	(583.969,58)	(360.806,76)	(9.817,29)	(217.956,15)	(588.580,20)
Despesas Gerais	(23)	(30.962.335,24)	(651.707,67)	(2.664.388,66)	(34.278.431,57)	(22.427.857,47)	(713.697,06)	(2.850.440,47)	(25.991.995,00)
Provisão para Devedores Duvidosos		(17.703.694,41)	-	-	(17.703.694,41)	-	-	-	-
Provisões para Contingências		(2.061.831,55)	-	-	(2.061.831,55)	(999.099,16)	-	-	(999.099,16)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		5.822.491,42	2.191.628,30	3.676.434,94	11.690.554,66	1.320.555,67	2.136.084,76	2.208.296,43	5.664.936,86
Despesas com Doações e Auxílios		-	(230.638,28)	(187.680,00)	(418.318,28)	-	(21.798,01)	(285.800,00)	(307.598,01)
Receitas com Doações		3.433.954,77	443.387,65	249.476,44	4.126.818,86	35.858,64	531.860,40	159.666,15	727.385,19
Outras Receitas		2.388.536,65	1.978.878,93	3.614.638,50	7.982.054,08	1.284.697,03	1.626.022,37	2.334.430,28	5.245.149,68
TRABALHO VOLUNTÁRIO		-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas do Trabalho Voluntário	(2.e/24)	-	2.106,34	70.080,09	72.196,43	-	3.760,65	69.117,73	72.878,38
(-) Custos com Serviço Voluntário	(2.e/24)	-	(2.106,34)	(70.080,09)	(72.196,43)	-	(3.760,65)	(69.117,73)	(72.878,38)
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		70.288.545,25	(70.938,48)	1.761.551,23	71.979.158,00	(10.086.216,31)	274.678,03	(733.418,36)	(10.554.956,64)
RESULTADO FINANCEIRO	(19)	797.458,76	11.861,48	340.436,68	1.149.756,92	2.561.258,22	40.651,43	963.804,22	3.565.713,87
Receitas Financeiras		1.911.331,01	25.860,59	452.233,23	2.389.424,83	3.849.423,94	53.553,09	1.019.613,01	4.922.590,04
Despesas Financeiras		(1.113.872,25)	(13.999,11)	(111.796,55)	(1.239.667,91)	(1.288.165,72)	(12.901,66)	(55.808,79)	(1.356.876,17)
(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(31)	71.086.004,01	(59.077,00)	2.101.987,91	73.128.914,92	(7.534.958,09)	315.329,46	230.385,86	(6.989.242,77)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit / Déficit	Dotação Inicial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.965.493,56	25.380.639,93	-	33.346.133,49
Incorporação do Superávit	25.380.639,93	(25.380.639,93)	-	-
Dotação Inicial	-	-	571.503,24	571.503,24
Déficit do Exercício	-	(6.989.242,77)	-	(6.989.242,77)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.346.133,49	(6.989.242,77)	571.503,24	26.928.393,96
Incorporação do Superávit	(6.989.242,77)	6.989.242,77	-	-
Dotação Inicial	571.503,24	-	(5.217.586,89)	(4.646.083,65)
Superávit do Exercício	-	73.128.003,85	-	73.128.003,85
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.928.393,96	73.128.914,92	(4.646.083,65)	95.411.225,23

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (em Reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit / Superávit do Exercício	73.128.914,92	(6.989.242,77)
Depreciação	764.265,13	733.715,32
Dotação Inicial	(4.646.083,65)	571.503,24
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(91.370,29)	(33.611,84)
Adiantamentos a Empregados	(403.697,72)	(243.502,91)
Adiantamentos para Despesas	(7.450,22)	1.803,88
Impostos Recuperáveis	1.163,98	(1.922,14)
Créditos com Convênios	(33.204.040,97)	(17.758.529,29)
Outros Créditos	(785.226,55)	(2.828.903,60)
Estoques	(11.076.702,55)	(688.229,56)
Despesas Antecipadas	(187.169,10)	(18.665,22)
Realizável a Longo Prazo	-	(58.362,00)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	20.569.959,74	2.309.401,81
Obrigações Trabalhistas	11.906.564,65	5.205.041,34
Obrigações Sociais e Fiscais	7.812.023,85	3.590.759,61
Provisões para Férias e Encargos	23.190.271,38	7.339.222,30
Provisão para Contingências	1.544.828,57	708.809,53
Recursos Governamentais a Realizar	781.254,53	284.085,77
Outras Obrigações	4.875.682,40	3.142.869,43
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	94.173.188,10	(4.733.757,10)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	3.760.036,36	1.543.784,85
Baixa de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	36.703,44	-
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(512.921,35)	(493.299,52)
Baixa de Imob/Intang. Próprio	428.521,09	71.486,39
Imobilizações em Andamento	-	367.697,93
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	3.712.339,54	1.489.669,65
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(4.148.694,78)	(1.790.760,85)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	(14.032.348,73)	4.429.603,17
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	-
Caixa Líquido Consumido na Atividades de Financiamento	(18.181.043,51)	2.638.842,32
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	79.704.484,13	(605.245,13)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	78.840.151,28	79.445.396,41
Disponibilidades no Final do Exercício	158.544.635,41	78.840.151,28
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	79.704.484,13	(605.245,13)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr. Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e patrimônio líquido negativo de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

As mudanças introduzidas pela adoção às novas normas contábeis CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" e CPC 47/IFRS 15 "Receita de Contrato com Clientes" não afetaram significativamente as políticas contábeis e suas aplicações, a partir de 1º de janeiro de 2018, não causaram efeito nos saldos contábeis apresentados e comparativos, de abertura.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.e) Trabalho voluntário:

Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.



3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2020 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2019. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Construções: 25 anos;
 - Instalações: 10 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos;
 - Veículos: 5 anos;
 - Biblioteca: 10 anos;
 - Benfeitorias: 25 anos.



3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BENS NUMERÁRIOS	2020	2019
Caixa	13.450,30	11.081,09
Fundo Fixo	5.078,31	3.990,40
	18.528,61	15.071,49

BANCOS – CONTA MOVIMENTO	2020	2019
Banco do Brasil S.A.	193.769,51	692.775,05
Banco Santander (Brasil) S.A.	12.919.986,75	13.740,02
Banco Bradesco S.A.	357.249,01	413,42
Banco Safra S.A.	747,47	3.867,64
	13.471.752,74	710.796,13

BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2020	2019
Banco do Brasil S.A.	26.225.523,95	7.277.554,00
Banco Santander (Brasil) S.A.	99.312.484,92	51.352.842,62
Banco Bradesco S.A.	16.742.096,06	16.769.006,36
Banco Itaú S.A.	409,70	408,86
Banco Safra S.A.	2.773.839,43	2.714.471,82
	145.054.354,06	78.114.283,66

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).





5. **ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

	2020	2019
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		
Adiantamentos de Férias	4.799.915,59	4.722.937,60
Outros Adiantamentos	525.945,73	199.226,00
	5.325.861,32	4.922.163,60

6. **CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS**

	2020	2019
CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIO		
PMSP - Contrato 003/2007 (PROREHOSP)	11.416.285,19	5.313.404,24
PMSP Contrato 006/2015 (Jardim Ângela/Capão Redondo)	62.297.476,30	33.866.929,81
PMSP Contrato 002/2011 (Parto Seguro)	-	4.029.796,32
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M’Boi Mirim)	13.922.554,00	19.438,08
Pref. Mun. de Embu das Artes - Contrato 053/2018 (Atenção Básica)	3.981.798,16	5.597.046,61
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2014 (UBS 24H)	-	410.611,99
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 045/2014 (ESF)	-	721.166,77
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 030/2017	19.262,96	105.337,05
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 067/2018 (UNICA)	22.495,88	552.967,84
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 046/2020 (ESF)	401.219,23	-
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	19.048.625,20	15.579.264,78
Convênios da área Formação em Saúde	-	83.816,11
Gestão Saúde Campinas - Contrato nº 04/2019 – Cirurgia Geral	234.644,40	287.007,03
Gestão Saúde Campinas - Contrato nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	160.012,07	189.077,43
Gestão Saúde Campinas - Contrato nº 25/2019 - Enfermagem	3.831.245,01	3.635.984,89
Gestão Saúde Campinas - Contrato nº 69/2019 – Saúde Mental	423.122,87	367.411,55
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 90/2019	-	2.343.053,51
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 48/2020	2.630.454,28	-
Hospital Estadual de Francisco Morato	70.100,00	-
Pref. Mun. de Carapicuíba – PS Vila Dirce – Contrato 96/2019	1.307.027,74	-
Maternidade Municipal de Peruíbe	176.289,63	-
Gestão Saúde - Convênio 01476/2020 – Hospital do Mandaqui	1.323.601,57	-
Gestão Saúde - Convênio 01475/2020 – UTI Adulto Osasco	1.278.018,40	-
Gestão Saúde - Convênio 01457/2020 – Ferraz de Vasconcelos	681.922,66	-
Gestão Saúde - Convênio 01471/2020 – Ferraz de Vasconcelos	783.893,84	-
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(19.412.081,27)	(1.708.386,86)
	104.597.968,12	71.393.927,15

Por deliberação de sua diretoria, a Entidade está provisionando como perda por crédito de liquidação duvidosa sobre o saldo a receber da Prefeitura da Estância Turística de Embu das Artes e Prefeitura Municipal de São Paulo, o montante considerado como suficiente para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização do contas a receber.





7. OUTROS CRÉDITOS

OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)	2020	2019
Aluguéis a Receber	68.798,00	57.596,00
Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	96.183,95	90.528,90
Créditos com Operadoras de Cartões a Receber	27.395,49	17.877,04
Valores a Regularizar	-	36.070,66
Sistema Médico São Benedito (CDI - Mogi das Cruzes)	1.343,75	6.450,00
Banco Santander	1.263.090,00	1.263.090,00
Cajamar – Contrato 90/2019 (Intercompany)	222.728,95	35.520,83
Paineiras Limpeza e Serviços Gerais Ltda	1.278,34	1.278,34
PMG – Contrato 42/2014 (Intercompany)	631.226,94	605.209,06
AME Carapicuíba	4.463,59	-
Hospital Geral de Carapicuíba	76.333,78	-
Hospital Municipal Evandro Freire	107.945,67	-
	2.500.788,46	2.113.620,83

OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)	2020	2019
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	147.125,79	147.125,79
	147.125,79	147.125,79

8. ESTOQUES

ESTOQUES	2020	2019
Equipamentos de EPI	143.516,47	12.480,11
Medicamentos	5.909.962,80	965.459,66
Materiais de Uso dos Pacientes	5.954.664,84	1.655.143,55
Gêneros Alimentícios	516.610,52	184.774,44
Impressos e Materiais de Expediente	327.097,54	22.009,39
Produtos de Limpeza	362.540,35	213.753,96
Materiais de Manutenção	430.529,49	99.860,51
Rouparia	19.972,65	89.469,62
Outros Materiais de Consumo	779.506,41	187.699,95
Órtese e Prótese	58.766,89	-
Bens Patrimoniais	4.185,78	-
	14.507.353,74	3.430.651,19





9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

	2020	2019
RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS		
Banco Santander (Brasil) S.A.	24.853.853,41	24.455.794,49
	24.853.853,41	24.455.794,49

10. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2020	Residual 2019
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(2.384.344,25)	3.245.655,75	3.470.855,79
Instalações	10%	512.801,33	(125.470,27)	387.331,06	418.339,22
Máquinas e Equipamentos	10%	528.208,05	(314.251,25)	213.956,80	244.957,31
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.278.638,46	(1.909.316,05)	369.322,41	479.854,07
Equipamentos de Informática	20%	821.650,09	(682.543,04)	139.107,05	171.910,76
Móveis e Utensílios	10%	1.236.643,21	(902.341,31)	334.301,90	362.175,18
Veículos	20%	346.784,35	(196.798,51)	149.985,84	200.283,84
Benfeitorias	4%	1.069.741,65	(274.574,33)	795.167,32	593.056,51
Bens de Gestão Pública Prefeituras					
São Paulo - Organização Social		24.234.741,74	(14.820.408,70)	9.414.333,04	7.600.738,22
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		29.835.026,88	(24.333.524,67)	5.501.502,21	4.909.017,20
Embu das Artes (SP)		69.578,82	(64.717,51)	4.861,31	5.442,70
Mogi das Cruzes (SP)		388.436,21	(277.436,78)	110.999,43	94.810,85
Rio de Janeiro (RJ)		8.789.379,88	(5.188.248,01)	3.601.131,87	3.538.905,72
Carapicuíba (SP)		407.309,51	(19.550,69)	387.758,82	221.089,74
Cajamar (SP)		2.028.208,03	(114.356,67)	1.913.851,36	275.446,99
Itú (SP)		1.046.207,32	(935.875,80)	110.331,52	-
Santos (SP)		1.320,00	(88,50)	1.231,50	-
Francisco Morato (SP)		1.005.971,56	(51.324,21)	954.647,35	-
Franco da Rocha (SP)		95.060,77	(1.713,55)	93.347,22	-
Peruíbe		353.753,57	(1.854,50)	351.899,07	-
Lucy Montoro (Santos)		3.806,09	(126,86)	3.679,23	-
		81.058.267,52	(52.598.865,46)	28.459.402,06	22.961.884,10

Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.




11. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2020	Residual 2019
Direitos de Uso de Sistemas	20%	435.915,83	(361.012,33)	74.903,50	98.592,84
Outros Direitos de Uso	-	-	-	-	-
Marcas e Patentes		10.972,01	-	10.972,01	8.588,01
Direitos de Gestão Pública Prefeitura					
São Paulo – Organização Social		413.796,01	(350.714,06)	63.081,95	80.752,94
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		1.939.111,14	(1.901.540,44)	37.570,70	65.518,75
Mogi das Cruzes (SP)		14.333,80	(5.536,93)	8.796,87	1.243,55
Embú das Artes (SP)		7.752,57	(1.084,60)	6.667,97	2.131,45
Cajamar (SP)		2.330,00	(592,29)	1.737,71	2.203,67
Rio de Janeiro (RJ)		742.255,53	(298.302,36)	443.953,17	396.755,36
Itú (SP)		92.413,37	(88.453,37)	3.960,00	-
Santos (SP)		3.180,00	(423,00)	2.757,00	-
Franco da Rocha (SP)		8.820,00	(882,00)	7.938,00	-
Peruíbe		3.079,28	-	3.079,28	-
		3.673.959,54	(3.008.541,38)	665.418,16	655.786,57

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2020	2019
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
Salários a Pagar	46.906.726,93	34.652.348,16
Rescisões a Pagar	113.309,70	529.558,76
Pensões Alimentícias a Pagar	143.084,86	107.813,01
Férias a Pagar	-	(6.424,47)
Benefícios a Pagar	33.515,64	6.777,02
	47.196.637,13	35.290.072,48

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE)	2020	2019
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	48.285,49	4.040.311,60
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	10.000,00	10.032.635,81
HP Financial Service Arrendamento Mercantil S. A.	32.424,45	17.769,01
(-) Juros a Apropriar – HP Financial Service Arrend. Mercantil S. A.	-	(3.030,41)
	90.709,94	14.087.686,01

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (NÃO CIRCULANTE)	2020	2019
HP Financial Service Arrendamento Mercantil S. A.	-	42.645,59
(-) Juros a Apropriar – HP Financial Service Arrend. Mercantil S. A.	-	(7.272,93)
	-	35.372,66

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,59% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander.

14. **CONTAS A PAGAR**

CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)	2020	2019
Eletropaulo – Hospital Mun. M'Boi Mirim	134.976,01	163.044,64
Light – OS Rio de Janeiro	9.739.396,29	6.771.515,14
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	1.521.947,02	1.210.120,35
Sabesp – Hospital Mun. M'Boi Mirim	242.998,95	184.380,60
Telemar Norte Leste S.A.	108,77	63,24
Tim Celular	1.217,48	-
Nextel Telecomunicações	1.283,42	920,54
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	1.227.330,72	1.227.330,72
Adiantamentos de Contratos e Clientes	83.029,08	-
Aluguéis a Pagar	241.857,63	234.144,26
Empréstimo Consignado	1.329.100,59	1.270.077,18
Plano de Previdência Privada	123.668,51	122.389,33
Seguros a Pagar	11.509,58	9.942,68
Outras Contas a Pagar	1.518.922,84	1.615.905,84
Claro S.A.	14.875,36	-
Mensalidade de Alunos à Repassar	-	1.795,50
Elektro Eletricidade e Serviços S. A.	116.734,00	-
Empréstimo de Materiais Médico	223.975,06	-
Telefônica Brasil S.A.	53,40	-
	16.532.984,71	12.811.630,02

CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)	2020	2019
Obrigações Trabalhistas	39.157,98	14.073,16
	39.157,98	14.073,16

15. **PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE)	2020	2019
Provisões para Contingências Tributárias	-	-
Provisões para Contingências Trabalhistas	149.790,02	-
Provisões para Contingências Cíveis	205.000,00	-
	354.790,02	-

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)	2020	2019
Provisões para Contingências Tributárias	85.796,86	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	6.464.119,57	6.100.356,06
Provisões para Contingências Cíveis	1.028.236,19	201.961,15
	7.578.152,62	6.388.114,07

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.





A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

16. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 23.029.116,58 em 2020 e R\$ 17.194.057,14 em 2019, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos Municípios e ao Estado quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.



18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

	2020	2019
RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS		
PMSP – Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	99.264.173,10	32.508.824,01
PMSP - Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	446.505.575,15	393.092.794,78
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	122.748.607,50	99.431.230,66
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	277.449.252,00	174.443.773,30
Pref. Mun. de Embu - 053/2018 - Atenção Básica	15.458.567,68	17.627.737,09
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)	10.165.528,22	21.532.001,66
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 067/2018 (UNICA)	9.882.592,23	7.795.847,13
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 030/2017	6.110.234,86	3.569.294,31
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 100/2019	294.329,17	762.853,14
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 046/2020	17.374.868,24	-
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	70.955.408,04	65.393.353,20
Pref. Mun. de Poá - Contrato de Gestão 010/2018	-	774.509,79
Pref. Mun. de Poá – Termos de Colaboração 001 e 002/2017	-	-
Contrato nº 04/2019 – Cirurgia Geral	2.971.921,03	3.262.649,02
Contrato nº 11/2019 - Otorrinolaringologia	1.768.586,83	1.729.093,71
Contrato nº 25/2019 - Enfermagem	44.810.902,41	24.055.167,80
Contrato nº 69/2019 – Saúde Mental	4.439.235,45	763.255,57
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 25/2019	-	14.386.411,38
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 90/2019	9.372.214,04	2.343.053,51
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato Emerg. do Centro Avançado Covid 19	7.694.835,01	-
Pref. Mun. De Cajamar – Contrato de Gestão 48/2020	21.610.370,21	-
Pref. Mun. De Carapicuíba – Contrato de Gestão 96/2019	15.422.830,94	2.746.636,37
Pref. Mun. De Carapicuíba – Contrato Emergencial 28/2020 Covid 19	1.181.585,09	-
Pref. Mun. De Carapicuíba – Contrato Emergencial 58/2020 Covid 19	1.606.509,01	-
Governo do Estado de SP – Convênio 0493/2019 – Hemodinâmica Osasco	4.043.930,20	808.786,04
Governo do Estado de SP – Convênio 01475/2020 – UTI Adulto Osasco	1.278.018,40	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão Hosp. de Franc. Morato	73.601.096,92	8.625.752,43
Governo do Estado de SP – Convênio Pediátrico 655/2020 – Santos	3.071.284,40	-
Governo do Estado de SP – Convênio Adulto 1035/2020 – Santos	9.486.169,38	-
Governo do Estado de SP – Convênio SVO 1241/2020 – Santos	2.525.758,60	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão AME Itú	9.451.012,45	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01216/2020 – Guarulhos	7.496.773,14	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01458/2020 – Guarulhos	895.473,61	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão Hosp. de Franco da Rocha	51.067.553,47	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão AME Carapicuíba	2.631.338,00	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão Rede Lucy Montoro	911.660,00	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01450/2020 – Ferraz de Vasconcelos	2.073.047,64	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01457/2020 – Ferraz de Vasconcelos	681.922,66	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01471/2020 – Ferraz de Vasconcelos	783.893,84	-
Governo do Estado de SP – Contrato de Gestão Hosp. Geral de Carapicuíba	21.100.000,00	-
Pref. Mun. De Peruíbe – Contrato de Gestão da Maternidade	2.826.644,41	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01451/2020 – Hospital do Mandaqui	2.541.055,94	-
Governo do Estado de SP – Convênio 01476/2020 – Hospital do Mandaqui	1.323.601,57	-
	1.384.878.360,84	875.653.024,90





19. **RESULTADO FINANCEIRO**

	2020	2019
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.213.654,90	4.863.901,60
Descontos Obtidos	175.571,39	56.204,03
Juros e Atualizações Monetárias	18,54	2.484,41
(-) Tarifas Bancárias	(372.951,16)	(245.480,96)
(-) Juros Bancários	(603.328,32)	(851.904,18)
(-) Juros a Fornecedores	(94.475,61)	-
(-) Juros sobre Financiamento	(3.635,90)	(216.080,17)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(107.330,02)	(15.702,38)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(15.221,98)	(15.403,40)
(-) Imposto sobre Operações Financeiras	-	(12.305,08)
(-) Taxa Máquina de Cartões	(7.372,18)	-
(-) IOF	(35.330,74)	-
(-) Taxa de Boleto	(22,00)	-
	1.149.756,92	3.565.713,87

20. **CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	2020	2019
RECURSOS HUMANOS		
Remunerações	788.458.853,22	609.639.471,71
Benefícios	58.478.555,38	44.719.007,84
Encargos Sociais	69.453.465,42	54.009.259,60
	916.390.874,02	708.367.739,15

21. **CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	2020	2019
SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	256.867.773,80	114.679.551,60
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	8.846.237,56	6.641.338,96
Bolsistas e Estagiários	-	1.753,33
	265.714.011,36	121.322.643,89

22. **CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO**

	2020	2019
MEDICAMENTOS E MATERIAIS		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	60.985.528,01	28.818.514,56
Materiais de Consumo	14.082.852,97	7.452.253,01
Materiais de Conservação	3.740.975,62	2.599.085,13
Outros Materiais	7.001.407,89	3.350.426,17
	85.810.764,49	42.220.278,87





23. **DESPESAS GERAIS**

	2020	2019
DESPESAS GERAIS		
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	12.025.389,53	9.763.306,57
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	15.134.428,97	9.670.083,99
Administrativas	875.555,99	732.878,24
Publicidade	150.149,78	187.465,20
Eventos	137.931,45	275.814,01
Reformas e Benfeitorias	71.473,51	-
Bens Não Imobilizados	485.186,14	314.963,11
Depreciações e Amortizações	3.612.253,21	3.735.065,32
Outras Despesas Gerais	1.786.062,99	1.312.418,56
	34.278.431,57	25.991.995,00

24. **TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)**

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias num total de 467 horas valoradas ao montante de R\$ 70.090,09, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros, reconhecidos no montante de R\$ 2.106,34, perfazendo o total de R\$ 72.196,43.

25. **COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

26. **SÉRVÍÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE**

A Entidade, mantém com recursos próprios atendimento ambulatorial por meio de uma equipe multidisciplinar, com o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em parceria com a Secretaria de Saúde do município de São Paulo, atuando na anticoncepção (DIU de cobre e implante subcutâneo) e na prevenção do câncer ginecológico.

Em 2019, para contribuir com o enfrentamento de barreiras organizacionais e individuais para a inserção do método em mulheres que desejam fazer uso, e em fortalecimento as ações de Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (SSSR) que é uma das prioridades da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Mulheres (PNAISM), o programa passou a ser também um centro de capacitação de profissionais de Saúde (médicos e enfermeiros) para a inserção, manejo e retirada do DIU TCU 380A em ambiente ambulatorial.

Com o objetivo de atuar nessa realidade o ambulatório foi transformado em seu modelo de atendimento direcionado à implantação de DIUs de cobre, tanto por médicos quanto por enfermeiras. Reduziu-se o número de consultas de uma média de 05 por paciente para 02 por paciente, uma para





coleta do Papanicolau e implantação do DIU e uma de retorno para controle, e se passou a oferecer treinamento desse procedimento para os profissionais da APS dos municípios e outros interessados da rede pública. O agendamento das pacientes se dá através do programa Alô Mãe da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo.

O treinamento dos profissionais conta com um módulo teórico, um módulo de prática simulada em modelos anatômicos e um módulo prático no ambulatório. Esta mudança possibilita que as ações do ambulatório não só tenham um efeito ampliado tanto pelo número de mulheres com o DIU implantado como também pelo número de novos profissionais habilitados no uso do método e que poderão implantar o DIU nas pacientes de suas áreas de abrangência.

O novo serviço iniciou-se em agosto de 2019 e pode já ser considerado um sucesso no atingimento de seus objetivos.

O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2020 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 2.026.581,00 (em 2019 R\$ 2.164.133,00) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

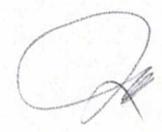
ATIVIDADES DO AMBULATÓRIO DE SAÚDE DA MULHER	NÚMERO DE BENEFICIADOS	
	2020	2019 (Reapresentado)
PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER		
Implantação de DIU	1.508	1.435
Retirada de DIU	218	207
Papanicolau (coleta e resultado)	760	1.218
Consultas	2.608	4.377
Promoção à Saúde e Prevenção de Doença (PA, Glicemia, Testes Rápidos, Distribuição de gel lubrificante, preservativos e folders educativos)	23.822	20.630
Procedimento em Saúde / Exames de Imagem (USG)	30	3.161
Profissionais de saúde treinados na colocação de DIU	106	63

27. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.





28. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 até 29 de novembro de 2018.

Em 30 de outubro de 2018 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.191938/2018-98, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.191938/2018-98.

Conforme Decreto nº 8.242/2014, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

“Art. 4º - Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto.”

“Art. 8º - O protocolo do requerimento de renovação da certificação será considerado prova da certificação até o julgamento do seu processo pelo Ministério certificador.”

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2020 e 2019. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como “provável” a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

29. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2020 foi de R\$ 199.105.055,59 (em 2019 de R\$ 155.137.719,43) e está registrada em conta própria de “Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias”, no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2020	2019
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	197.343.980,30	153.809.455,60
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	1.761.075,29	1.328.263,83
	199.105.055,59	155.137.719,43
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(197.343.980,30)	(153.809.455,60)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(1.761.075,29)	(1.328.263,83)
	0,00	0,00



A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.191938/2018-98.

30. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2019, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2020 foi de R\$ 2.069.303,11 (em 2019 R\$ 942.105,33), distribuída da seguinte forma:

	2020	2019
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	2.069.303,11	942.105,33
	2.069.303,11	942.105,33



31. SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO

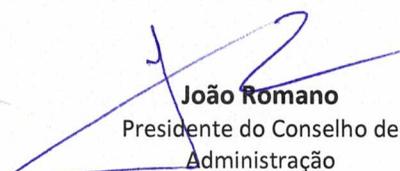
O Superávit do exercício de 2020 foi de R\$ 73.128.914,92 e o Déficit do exercício de 2019 foi de R\$ 6.989.242,77, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2020	2019
Matriz (Mantenedora)	0001	2.101.987,91	230.385,86
Organização Social – São Paulo	0002	43.621.662,06	(2.249.217,96)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	(1.785.078,98)	1.644.848,73
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	37.975.510,32	(9.277.055,04)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(64.392,37)	66.371,19
Organização Social – Mogi das Cruzes	0010	977.792,88	2.322.499,39
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	(5.196.687,08)	(727.759,26)
Organização Social – Arujá	0012	(71.379,03)	86.150,57
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	5.315,37	248.958,27
Organização Social – Poá	0014	(117.274,66)	(274.019,80)
Organização Social - Carapicuíba	0015	442.509,90	1.207.409,95
Gestão Saúde - Campinas	0016	2.475.095,96	1.025.494,73
Gestão Saúde – Hemodinâmica Osasco	0017	984.445,16	607.022,61
Organização Social - Cajamar	0018	(1.079.685,42)	2.001.685,66
Organização Social – AME Itú	0020	698.471,84	-
Gestão Saúde – Guarulhos	0021	238.349,42	-
Organização Social – Hosp. Estadual de Francisco Morato	0022	(2.532.893,53)	(3.902.017,67)
Gestão Saúde - Santos	0023	3.505.033,78	-
Organização Social – Hosp. Estadual de Franco da Rocha	0024	(12.449.155,39)	-
Organização Social – Hosp. Estadual de Carapicuíba	0025	(3.550.371,51)	-
Organização Social – Maternidade Municipal de Peruíbe	0026	1.096.343,43	-
Organização Social – AME Carapicuíba	0027	427.834,76	-
Organização Social – Rede Lucy Montoro de Santos	0028	265.537,49	-
Gestão Saúde – Ferraz de Vasconcelos	0029	2.325.940,61	-
Gestão Saúde – Complexo Hospitalar do Mandaqui	0030	2.834.002,00	-
		73.128.914,92	(6.989.242,77)

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.



Ademir Medina Osório
C. E. O.



João Romano
Presidente do Conselho de
Administração



Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3